

PROJETO DE LEI Nº 15/2025

DISPÕE SOBRE ACRESCIMO DO § 3º DO ART. 5º E O ART. 5º-A DA RESOLUÇÃO 202 DE 7 DE MAIO DE 2.025.

Art. 1º Esta Resolução acrescenta o § 3º do Art. 5º e o Art. 5º-A da resolução 202 de 7 de maio de 2.025.

Art. 5º-

§ 1º

§ 2º

§ 3º A Cesta Complementar Natalina de que trata o caput deste Artigo terá um valor atribuído de R\$ 348,47 (Trezentos e Quarenta e Oito Reais e Quarenta e Sete Centavos) a unidade, corrigido anualmente pelo índice do IPCA.

Art. 5º-A - Além da Cesta Complementar Natalina de que trata o Art. 5º a Câmara Municipal poderá conceder, no mês de dezembro de cada ano um acréscimo de R\$ 80,00 (Oitenta Reais) para cada Servidor em crédito no Vale-Refeição já instituído na Resolução n.º 174 de 18 de junho de 2007.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal da Estância Turística de Embu das Artes, .

Abel Rodrigues Arantes
Presidente

Diego Lopes das Paixão
Vice-Presidente

Gilberto Oliveira da Silva
1º Secretário

**Gideon Santos do Nascimento
Junior**
2º Secretário

Abidan Henrique da Silva
3º Secretário

Justificativas:

Considerando que, este projeto de resolução busca aprimorar os benefícios concedidos aos servidores públicos e estagiários da Câmara Municipal da Estância Turística de Embu das Artes,

Considerando que, este projeto visa a necessidade de **Transparência e Previsibilidade:**



Autenticar documento em <https://hopapercloud.cmembu.sp.gov.br/autenticidade> com o identificador 330031003300320032003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



- **Para os Beneficiários:** Ao estabelecer um valor monetário fixo para a Cesta Complementar Natalina, a resolução confere maior transparência ao benefício. Os servidores e estagiários saberão o valor real do benefício que estão recebendo, o que gera maior confiança e previsibilidade.
- **Para a Administração:** A definição de um valor claro facilita o planejamento orçamentário e a alocação de recursos, permitindo uma gestão mais eficiente dos gastos públicos relacionados a este benefício.

Considerando que: o projeto visa a Proteção contra a Inflação (Manutenção do Poder de Compra):

Considerando: a necessidade de Padronização e Equidade:

Considerando: A Valorização e Reconhecimento Profissional:

- A concessão de um acréscimo financeiro, ainda que em vale-refeição, representa um gesto concreto de reconhecimento e valorização do trabalho e dedicação dos servidores e estagiários da Câmara Municipal ao longo do ano. É um incentivo adicional que contribui para o aumento da moral e satisfação no ambiente de trabalho.
- Este benefício se soma à "Cesta Complementar Natalina" já prevista no *Art. 5º da Resolução 202 2015 Embu das artes SP consolidada*, reforçando o cuidado com o bem-estar do quadro funcional.

Considerando que: O Aumento do Poder de Compra e Apoio em Período Festivo que este recurso pode ser utilizado para complementar as refeições natalinas ou para a aquisição de gêneros alimentícios necessários, aliviando o orçamento doméstico dos colaboradores.

Considerando: A Flexibilidade para o Beneficiário:

- Diferentemente de uma cesta física com itens predefinidos, o crédito em vale-refeição oferece ao beneficiário a liberdade de escolha. Cada servidor pode utilizar o valor para adquirir os alimentos que melhor se adequam às suas necessidades, preferências alimentares, restrições dietéticas ou ao perfil de sua família, otimizando o uso do benefício.

Considerando: Estímulo à Economia Local:

- Ao ser utilizado em estabelecimentos credenciados para vale-refeição (supermercados, restaurantes, padarias, etc.), o valor adicional de R\$ 80,00 estimula a economia local. O dinheiro circula dentro do próprio município, beneficiando o comércio e os prestadores de serviço da região.



Considerando: A Eficiência Administrativa:

- O projeto de resolução menciona que o acréscimo será feito "em crédito no Vale-Refeição já instituído na Resolução n.º 174 de 18 de junho de 2007". Isso indica que a Câmara já possui uma estrutura e um sistema para gerenciar o vale-refeição. Integrar o novo benefício a um sistema existente minimiza a burocracia, os custos operacionais e a complexidade administrativa de sua implementação, tornando-a mais prática e eficiente.

Justificativas Gerais para o Projeto de Resolução:

- **Melhoria Contínua dos Benefícios:** Este projeto demonstra o compromisso da Câmara Municipal em revisar e melhorar constantemente os benefícios oferecidos aos seus colaboradores, adaptando-os às necessidades atuais e às condições econômicas.
- **Aprimoramento do Quadro Funcional:** Um pacote de benefícios robusto e transparente não só melhora a qualidade de vida dos servidores e estagiários atuais, mas também torna a Câmara Municipal um empregador mais atraente, auxiliando na retenção de talentos e na atração de novos profissionais qualificados.
- **Conformidade e Segurança Jurídica:** A formalização dessas disposições por meio de uma resolução garante a base legal para a concessão dos benefícios, evitando subjetividades e garantindo a aplicação uniforme e justa para todos os elegíveis.

Considerando que: este projeto de resolução é uma medida progressiva que visa fortalecer o apoio aos colaboradores, garantir a equidade dos benefícios e modernizar a gestão de recursos humanos da Câmara Municipal, ao mesmo tempo em que promove o bem-estar e a motivação da equipe.

